

## A CRISE NA UCRÂNIA E O QUADRO RELACIONAL GERMANO-RUSSO

JOSÉ MANUEL FERREIRA FÂNZERES

A atual crise na Ucrânia poderá constituir-se como um fator de tensão no relacionamento germano-russo, emergindo contudo relevantes questões relativamente à forma de evolução das variáveis que o caracterizam, em especial as relativas à cooperação económica e energética, porventura os fatores que mais peso têm no mesmo.

P 2

## A RECENTE APROXIMAÇÃO INDO-PAQUISTANESA: QUE IMPACTO NA CORRIDA AO ARMAMENTO NUCLEAR?

FRANCISCO GALAMAS

Nos últimos meses, verificaram-se diversas tentativas de aproximação diplomática entre o Paquistão e a Índia. Tendo em conta as rivalidades históricas entre ambos os países, com tradução no desenvolvimento dos arsenais nucleares, torna-se pertinente analisar estas tentativas de reconciliação e perceber se as mesmas têm tido impacto no desenvolvimento dos respetivos arsenais nucleares.

P 11

# A CRISE NA UCRÂNIA E O QUADRO RELACIONAL GERMANO-RUSSO

## JOSÉ MANUEL FERREIRA FÂNZERES

Coronel de Cavalaria. Assessor e investigador do Instituto da Defesa Nacional (IDN).

## INTRODUÇÃO

O relacionamento euro-russo desde o final da II Guerra Mundial tem sido substancialmente marcado e modelado pela dimensão e qualidade do referencial relacional germano-russo, assumindo a Alemanha neste quadro um inequívoco e fundamental papel no seu eventual sucesso.

Por outro lado, a Federação Russa, em especial a partir da presidência de Vladimir Putin, tem mantido uma firme linha de ação na sua política externa para com a União Europeia, a qual de forma genérica se poderá caracterizar pelo firme propósito russo de priorizar a bilateralização no seu relacionamento com a UE, evitando assim, sempre que possível, um diálogo Moscovo-Bruxelas e procurando desse modo uma relação privilegiada com os Estados-membros diretores ou de maior peso específico no seio da organização.

Neste particular parece inegável o sucesso da estratégia russa, alavancado em grande parte por um conjunto de realidades europeias interconectadas e interdependentes, entre as quais se poderão referir: (1) a não convergência de interesses nacionais vários entre significativo número de Estados-membros e (2) o crónico *deficit* energético europeu, que a Federação tem potenciado a seu favor, especialmente pelo facto de a primazia do relacionamento bilateral que neste quadro tem ocorrido se ter revelado um processo *win-win*, dadas as

contrapartidas mútuas de ordem vária que nele se estabeleceram com alguns parceiros europeus. Tal modelo relacional é também visível na sua relação com a Alemanha, ator que a Federação tem considerado no plano geopolítico como indispensável no atenuar dos diferendos vários que mantém com a UE, incluindo no setor energético.

Com a vitória de Angela Merkel nas eleições federais de 2005, foram várias as perceções que apontavam para o fim da era dourada ou "idílica" no relacionamento germano-russo registada durante a chancelaria do seu antecessor, Gerhard Schroeder. Contudo, não obstante alguma dureza verbal e circunstancial na crítica alemã à Federação, certo é que no plano do relacionamento económico, tal, pelo contrário, não se fez sentir com igual dimensão. Neste particular os factos apontam para que a conjugação da profundidade e génese dos laços entretanto criados, cujas origens se podem identificar no período imediato ao final da II Guerra Mundial, com um certo autodinamismo entretanto gerado por essa relação económica, traçaram um itinerário substancialmente independente da qualidade e dimensão do relacionamento político oficial.

A recente crise ucraniana e as consequências diretas que projetou no relacionamento russo-ucraniano, marcam contudo o início de um novo tom por parte da Alemanha, caracterizado por uma maior clareza e dureza das posições oficiais, emergindo

no entanto a questão se tal é resultado: (1) de uma vontade exclusivamente alemã em função dos seus interesses nacionais, (2) da solidariedade para com a UE relativamente às reações negativas à ação russa que um pouco por toda a organização se fazem sentir, ou (3) de uma mixagem de causas de difícil e complexa gestão.

Independentemente da causa ou origem desta nova postura alemã, certo é que a partir do momento em que a comunidade internacional, em especial os EUA e a UE, tomaram a decisão de impor sanções à Federação Russa decorrente da sua postura nos acontecimentos na Crimeia e leste da Ucrânia, logo se levantaram vozes críticas no seio do setor económico e industrial alemão, alertando de forma clara para os efeitos negativos na economia que advirão da alienação ou tensão com um parceiro com a dimensão e importância da Federação. Encontrando-se fora do âmbito e dimensão deste pequeno texto a modelação rigorosa de prospectiva estratégica relativa à evolução do atual relacionamento germano-russo, será no entanto certamente um interessante e desafiador exercício verificar de que modo e em que direção as várias realidades germano-russas que o modelam se imporão, de que forma se conjugarão as posições oficial e "privada" alemãs, aparentemente de complexa e difícil conciliação, ou que grau de harmonia conseguirão estas últimas atingir com as de outros Estados-membros da UE e com as da própria organização. No fundo, tratar-se-á de uma forma genérica de identificar a direção e forma que tomará o dualismo alemão "interesses-valores" na sua política externa, ele mesmo objeto de um constante e intenso debate interno desde o final da II Guerra Mundial.

## O RELACIONAMENTO GERMANO-RUSSO NO PÓS-II GUERRA MUNDIAL E PÓS-URSS

### Pós-II Guerra Mundial

A II Guerra Mundial deixou profundíssimas marcas em ambos os atores, as quais não foram no entanto impeditivas do retomar relativamente rápido do rela-

cionamento bilateral em variadas áreas no período do pós-guerra, não obstante a integração alemã e russa em blocos político-militares antagónicos e a divisão territorial alemã se constituírem como os principais fatores limitadores do mesmo.

Relativamente à política externa russa para com a Alemanha, em especial a partir dos anos 50, o seu objetivo prioritário focalizava-se essencialmente nos benefícios advindos do relacionamento económico, porém sempre separando a relação comercial da de âmbito político (Stent, 1998). Nesse sentido, a Rússia de Estaline tentou mesmo a progressiva recuperação dos laços comerciais e económicos existentes no período entre as duas Guerras Mundiais e assim retomar a histórica troca de matérias-primas russas por tecnologia e produtos manufaturados alemães. Contudo, desta forma no plano político, o relacionamento bilateral entre ambos os atores permaneceu de génese maioritariamente confrontacional entre o período 1949-69, coincidentemente ou não a era de governação da CDU e o auge da Guerra Fria, que naturalmente pouco potenciou os restantes vetores da cooperação.

A eleição de Konrad Adenauer e a ocidentalização ou *Westpolitik* alemã<sup>1</sup>, não impediu contudo que a divisão alemã em duas unidades políticas com afinidades e lealdades geoestratégicas distintas, e não obstante servir os propósitos das potências vencedoras da II Guerra Mundial, Rússia incluída, permanecesse no seio das elites alemãs como uma realidade a inverter, constituindo-se assim a reunificação do país como um interesse vital e objetivo nacional com carácter permanente<sup>2</sup>. Tal intemporalidade marcou substancialmente o relacionamento bilateral germano-russo, atuando frequentemente como amortecedor ou limitador de eventuais tensões nele registadas, não sem que durante a era Adenauer a existência da República Democrática Alemã (RDA) enquanto Estado independente, sob controlo soviético, fosse considerada ilegítima pela República Federal Alemã (RFA).

A eleição em 1969 de Willy Brandt como chanceler marca não apenas o final de um longo período de 20 anos de governação da CDU e o início de treze anos da era social-democrata do SPD<sup>3</sup>, mas também a acentuação do vetor da política externa alemã especificamente direcionado para o centro e leste europeu, e naturalmente visando especialmente a URSS, a que vulgarmente se designou como *Ostpolitik*. Esta política, enquanto principal mecanismo de aproximação europeia e alemã à Rússia e de viabilização e alavancagem de um eventual, na altura, processo de reunificação alemã, revelou no entanto grandes debilidades no que respeita à consecução do seu objetivo mais abrangente - a democratização da Rússia através do incremento da cooperação e sua (desejável) progressiva integração no clube das democracias ocidentais.

Do lado soviético, consolidada que estava a doutrina Brejnev de manutenção sob rígido controlo dos países europeus que considerava integrantes da sua esfera de influência, tal permitiu-lhe assim prosseguir uma política externa mais flexível com o Ocidente, para além de que a própria *Ostpolitik* alemã se por um lado constituía um primeiro passo implícito na legitimação da existência da República Democrática Alemã (RDA)<sup>4</sup>, por outro servia os propósitos soviéticos de enfraquecimento dos laços que a Alemanha mantinha com os EUA e consequentemente da geopolítica euro-atlântica.

Num plano conceptual a *Ostpolitik* de Willy Brandt encerrava um valor básico que se esperava poder contribuir para a progressiva democratização da URSS e respetiva esfera de influência, e consequentemente a sua maior integração e cooperação com o Ocidente - o da "mudança pela aproximação"<sup>5</sup> -, conceito esse que naturalmente em muito foi influenciado pelas necessidades e desejo da economia alemã na abertura de novos mercados ou na recuperação de outros entretanto perdidos. Recorde-se neste plano a quase total perda pela Alemanha dos mercados do centro e

leste europeu, prioritários e os de maior dimensão, no período entre a I e a II Guerra Mundial e no período subsequente a esta última, cuja retoma ainda que parcial apenas era possível mediante uma cooperação com a URSS, que os mantinha sob o seu rígido e total controlo.

Contudo, esta pragmática focalização por parte da Alemanha nos aspetos económicos do relacionamento bilateral teve no entanto na sua génese o abandono por parte de Brandt de dois aspetos de génese puramente política que constituíam uma constante na Alemanha do pós-guerra de Adenauer: o abandono substancial das contínuas exigências alemãs de carácter político à Rússia e a suavização da utilização de medidas sancionatórias contra a URSS como forma de pressão tendo em vista a resolução da “questão alemã”, a qual, na altura, se resumia fundamentalmente à normalização estatutária de Berlim.

A adoção desta nova e pragmática conceptualização por parte da Alemanha de Brandt terá sido também enformada pela pressão dos grandes grupos industriais alemães, e nesse sentido com a concretização da *Ostpolitik* passou também a ser visível com maior clareza uma particularidade da política externa alemã da época – a de os interesses alemães, especialmente os de índole económica, começarem a interferir significativamente na sua formulação, em especial no que respeita ao quadro de relacionamento com a URSS e atores integrantes da sua esfera de influência.

Esta intensificação da aproximação político-económica germano-russa teve igualmente expressão no plano da cooperação energética. Com efeito, muito embora os primeiros passos nesse sentido tivessem sido dados durante a chancelaria de Adenauer, foi no entanto com Willy Brandt que a Alemanha se efetivou como destino do gás natural e petróleo russo, através da extensão à Europa Ocidental da rede de gasodutos e oleodutos que a União Soviética havia construído para abastecimento dos países do centro e leste europeu integrantes da Cortina de Ferro.

Enquanto para a Alemanha tal representou uma disponibilidade energética com menores custos para a sua forte base industrial, para a União Soviética, por um lado, constituiu um poderoso e eficaz mecanismo de obtenção de moeda estrangeira, e por outro, através do fornecimento de tubagens alemãs para o setor energético russo como forma parcial de pagamento, permitiu (1) o desenvolvimento do setor energético russo enquanto motor das exportações soviéticas, bem como (2) a principal forma de desenvolvimento do próprio sistema de distribuição e transporte interno da URSS, atuando assim como um importante mecanismo potenciador da sua base industrial e económica.

Com a eleição de Helmut Schmidt em 1974, também do SPD e ex-ministro da defesa (1969-72) e das finanças (1972-74) durante a chancelaria de Willy Brandt, manteve-se grande parte do dinamismo criado pela política externa do seu antecessor no que respeita ao relacionamento bilateral com a Rússia.

Releve-se na chancelaria de Helmut Schmidt uma importante tomada de posição contrária ao pacote de sanções proposto pelos EUA para imposição à URSS, decorrente da invasão desta última do Afeganistão em 1979, tendo-se aliás nesse âmbito verificado uma posição de quase total consensualidade no seio da então Comunidade Económica Europeia (CEE). O racional da oposição alemã derivava essencialmente do bom momento do relacionamento bilateral germano-russo, quer no plano político, que por sua vez permitia o aprofundamento do diálogo intra-alemão, quer no plano económico, sendo que não obstante alguma inconsequência da assinatura de tratado de cooperação em 1978, com uma duração de 20 anos, a relação energética registava contudo um sucesso crescente. Neste quadro saliente-se que não obstante as pressões norte-americanas no sentido de parar ou inviabilizar a construção do gasoduto Urengoy-Pomary-Uzhgorod, destinado ao transporte de gás natural siberiano para a rede

da Europa Ocidental – via Ucrânia e Bielorrússia/Polónia –, tal não impediu a Alemanha de fornecer a tecnologia e *know-how* necessários, os quais se revelaram cruciais para a sua conclusão. Do lado da URSS tal infraestrutura permitia a triplicação das exportações de gás natural com destino à Europa Ocidental (Pipelines International, 2010), o que se revelava vital para a sua economia, a qual demonstrava de forma crescente vulnerabilidades de génese estrutural.

No quadro do relacionamento de génese essencialmente político com a URSS, releve-se igualmente que o mesmo se efetuou por vezes com a secundarização de valores considerados como essenciais da matriz civilizacional ocidental, a exemplo do que sucedeu com a significativa intimidade que o governo social-democrata alemão mantinha com regimes comunistas, considerando mesmo alguns movimentos pró-democracia da época – como o Solidariedade polaco –, como uma ameaça à estabilidade europeia (Kundnani, 2013). Por paradoxal que possa parecer, a estabilização política e económica da URSS bem como de todo o espaço europeu que esta controlava era de elevadíssima importância para a Alemanha, ainda que tal se pudesse constituir como um poderoso obstáculo ao objetivo último da reunificação do espaço germânico, ou em muito pudesse adiar a sua consecução.

### Pós-URSS

A chancelaria de Helmut Kohl (1982-1998) ficará marcada de forma indelével pelo processo de reunificação alemã, totalmente inesperado e apenas possível, não apenas devido à debilidade russa advinda dos complexos desenvolvimentos que se viriam a registar na URSS de Gorbatchev, bem como na Europa de Leste, mas também pela concordância russa quanto à questão, que aliás a Alemanha ainda reconhece com gratidão<sup>6</sup>.

Relativamente ao relacionamento germano-russo durante a era Helmut Kohl, releve-se desde logo

a sua coabitação com quatro secretários-gerais do PCUS, sendo que enquanto Yuri Andropov (1982-84) e Konstantin Chernenko (1984-85) se poderão considerar como líderes transitórios, e desse facto resultou uma relativa paralisia na política externa russa para com a Alemanha, já durante a governação de Mikhail Gorbachev (1985-1991) e Boris Yeltsin (1991-99), os grandes protagonistas e ignidores das profundas alterações que se viriam a desencadear na URSS e no seu espaço de influência, foi evidente uma intensa atividade no relacionamento bilateral.

No que concerne ao período que antecede a reunificação alemã, designadamente entre a eleição de Helmut Kohl em 1982 e 1990, importa desde já registar que a Alemanha Ocidental se mantinha como o mais importante parceiro comercial ocidental da URSS<sup>7</sup>, tendo-se no entanto registado uma diminuição contínua do volume das trocas comerciais entre 1984 e 1988, decorrente da crise económica que entretanto se instalou na URSS. Como agravante, a baixa do preço do petróleo em 1986, descendo o barril de 26 USD para os 10 USD, constituiu em grande parte um verdadeiro certificado de óbito aos planos de Gorbachev para importação de um vasto conjunto de maquinaria alemã tendente a modernizar e dinamizar determinados setores da indústria russa, potenciando assim a diminuição do volume das trocas comerciais bilaterais.

Entre Kohl e Yeltsin foi particularmente visível a relação de significativa intimidade que se estabeleceu entre ambos, a ponto de os contactos entre ambos serem apelidados de “diplomacia de sauna” (Turgunova, 2013), considerando-se crucial durante este período o apoio económico alemão à Rússia, sem o qual a evolução da situação política, económica e social do país poderia ter tido um desfecho (ainda mais) dramático. Estimando-se entre 25 e 40 mil milhões de euros o montante que a Alemanha disponibilizou à Rússia no período subsequente à reunificação<sup>8</sup>, o mesmo teve como

principal racional a compensação pela retirada do dispositivo militar soviético da RDA (Hellfeld e Chase, 2010). No plano económico registe-se igualmente o facto de que durante a chancelaria de Kohl a penetração e o domínio alemão no Leste europeu se acentuou no período pós-reunificação e implosão da URSS, sendo que em 1993 a Alemanha era responsável, no seio da OCDE, por cerca de 30% das trocas comerciais com a Federação Russa e por 40% com a Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria, Roménia e Bulgária, valor substancialmente superior aos 16% que o país possuía no total das relações bilaterais daquela organização (Black, 1997).

No que diz respeito ao relacionamento bilateral germano-russo durante a chancelaria de Gerhard Schroeder (1998-2005), releve-se desde logo o facto de que com a formação na Alemanha em 1998 de um governo de coligação entre sociais-democratas e “Os Verdes”, se verifica a ascensão ao poder de uma nova geração de políticos nascidos já no pós-II Guerra Mundial. A conjugação desse facto com algumas especificidades conjunturais do sistema internacional introduziu alterações substanciais na até então tradicional postura alemã desde o final da guerra, devendo este novo ciclo alemão igualmente ser perspetivado com as profundas transformações que se viriam a registar na Federação Russa. Assistiu-se assim a um processo de emancipação múltiplo do país, nomeadamente: (1) no plano histórico, no qual Schroeder afirmava que a memória histórica não deveria condicionar a política externa alemã, (2) no plano das alianças, em que embora se reconhecesse a importância do relacionamento com a França e os EUA, tal deveria ser objeto de reequacionamento por forma a Alemanha obter um estatuto consentâneo com a sua capacidade política e económica, e (3) no plano do empenhamento alemão no quadro global (Daehnhardt, 2007).

Esta nova postura alemã teve naturalmente projeção no quadro relacional com a Federação Russa, sendo

neste âmbito reconhecida, por um lado, a ação e dinamismo de Frank-Walter Steinmeier, então chefe de gabinete do chanceler Schroeder<sup>9</sup> (Meister, 2012), e por outro, a substancial e específica sinergia e amizade entre Schroeder e Putin<sup>10</sup>, neste particular uma continuidade, porém de maior intensidade, ao ocorrido entre Kohl e Yeltsin.

No plano internacional assistiu-se igualmente a uma certa simultaneidade e complementaridade entre os processos de afirmação russa e alemã, sendo que enquanto no que respeita à Federação tal foi proporcionado pela sua rápida recuperação económica derivada da contínua alta de preços no mercado das *commodities*, já no caso alemão resultou essencialmente do processo de emancipação atrás referido. Foram assim várias as situações em que se verificou uma posição comum ou o apoio mútuo entre a Alemanha e a Federação, sendo de destacar em especial a posição franco-germânico-russa em criticar aberta e duramente os EUA pela invasão do Iraque, o que levou mesmo ao questionar da lealdade germânica ao laço euro-atlântico, tendo naturalmente provocado alguma apreensão em Washington<sup>11</sup>.

Saliente-se, por fim, um dos mais importantes marcos relacionais da era Schroeder/Yeltsin/Putin, o acordo de construção do gasoduto Nord Stream<sup>12</sup>, o qual pela sua dimensão, importância e dependências que gerou, quer no referencial energético europeu, quer no quadro relacional germano-russo, é passível de encerrar o redesenho da configuração energética europeia e constituir-se como a base de um fortalecimento relacional entre a Alemanha e a Federação Russa, claramente potenciador da “parceria de modernização” já existente entre ambos (Fânzeres, 2013).

## O ATUAL QUADRO DE RELACIONAMENTO

Com a vitória de Angela Merkel nas eleições federais de 2005 muito se especulou relativamente ao impacto que tal poderia projetar no relacionamento germano-russo, existindo então a percepção de

que o mesmo poderia ser séria e negativamente afetado, e assim finalizar-se a anterior fase idílica da era Schroeder-Putin.

Relativamente à personalidade dos dois atuais líderes parece não existirem dúvidas quanto à dificuldade e/ou impossibilidade de a intimidade entre ambos atingir o grau e nível das duplas Kohl-Yeltsin ou Schroeder-Putin, e nesse sentido tal se projetar na qualidade relacional, sendo contudo de assinalar que a resistência parece ser mútua, não obstante ser visível igualmente um grande respeito entre ambos<sup>13</sup>. Quanto ao peso e dimensão histórica do relacionamento bilateral, bem como o dinamismo atingido neste âmbito desde os anos 70, poder-se-á afirmar que o mesmo atua como que amortecedor e/ou anulador dos constrangimentos derivados das personalidades dos respetivos líderes, tendo-se assim assumido progressiva e crescentemente independente do grau e qualidade do relacionamento no plano político oficial.

Relativamente ao relacionamento económico, não obstante a Federação se constituir como o 11.º parceiro comercial da Alemanha, atrás, entre outros, da Polónia ou da República Checa, o fator que no entanto mais importância projeta no mesmo tem sobretudo a ver com a estrutura dessa relação. O que desde logo ressalta da sua simples análise reside em primeiro lugar na complementaridade de ambas as economias, e num segundo plano a importância que os hidrocarbonetos russos representam na economia e indústria alemã.

Quanto ao primeiro aspeto, atente-se na atualidade da afirmação de Franco Nogueira (1992) que refere que “a Nova Alemanha, fortemente industrializada, grande exportadora, científica e tecnologicamente avançada, é de tudo isto que a Rússia atual necessita durante décadas – constituindo então os Eslavos o mercado natural de que a Alemanha dispõe, estando assim encontrada uma base sólida para uma boa relação de âmbito bilateral e até a um entendimento germano-russo, aliás de velhas tradições históricas entre ambos”. Com efeito, as

necessidades russas em *know-how* e alta-tecnologia, material ferroviário, veículos automóveis, maquinaria agrícola, material naval, máquinas e ferramentas, e equipamento para a indústria energética, agroalimentar, têxtil ou química, não são recentes, sendo inclusivamente uma constante desde Pedro, o Grande, e Catarina, a Grande, e têm sido em larga escala satisfeitas com recurso à sua importação da Alemanha, que por sua vez se disponibilizou para tal. Relativamente à importância do fator energético no relacionamento bilateral germano-russo, o simples facto de importações alemãs dependerem em cerca de 36% e 39% do gás natural e petróleo russo (Westphal, 2014), respetivamente<sup>14</sup>, introduz uma dimensão e importância à questão cujo consequentialismo remete para a impossibilidade imediata de alienar ou anular essa realidade. Releve-se contudo que em função deste referencial energético a Alemanha se está gradualmente a tornar porventura no mais importante *hub* de armazenamento e distribuição do gás natural russo na Europa, o que foi apenas possível devido às várias *joint-ventures* que empresas suas efetuaram com os grandes “campeões nacionais” russos do setor, especialmente a Gazprom. Longe de se constituir como uma simples vítima em razão da elevada dependência energética russa, a Alemanha assume-se como um ator fundamental, e ativo, na geopolítica energética russa para com a Europa, encontrando-se desse modo os seus interesses nacionais devida e convenientemente salvaguardados. Quanto aos esforços que a Alemanha eventualmente possa ter efetuado no sentido de minimizar essa dependência, o facto de o país não possuir um único terminal de regaseificação de gás natural líquido (Global LNG Info, 2014), e desse modo todas as suas importações serem efetuadas via gasoduto com gás de origem norueguesa ou russa, ao invés de poder remeter para o descurar dos riscos associados a tal realidade, poderá sim apontar para uma substancial confiança nessa tipologia de abastecimento, inclusivamente com a Federação Russa.

Finalmente, releve-se a importância determinante da Alemanha no quadro específico de relacionamento da UE com a Federação Russa, sendo comum considerar-se que o relacionamento germano-russo constitui porventura a chave para uma eventual harmonização geopolítica euro-russa, capacidade que para além da Alemanha nenhum outro ator europeu possuirá.

### A Crise na Ucrânia e o Quadro Relacional Germano-Russo

A atual crise na Ucrânia parece ter projetado, pelo menos no plano oficial, um significativo negativismo no quadro relacional germano-russo, com uma dimensão até agora ainda não observável durante a chancelaria de Angela Merkel.

Encerrando na sua génese fatores de ordem interna, nomeadamente as substanciais assimetrias políticas, socioculturais e económicas existentes entre o sul/leste e o oeste da Ucrânia, assim como de ordem externa, neste particular a cooptação geopolítica e geoeconómica do país por parte das estruturas euro-atlânticas, o país permanece como um importante ator para a Federação Russa no propósito desta de reafirmação no plano internacional e reconstituição parcial da sua esfera de influência. Por outro lado, desta forma no plano energético, o país constitui-se como local de trânsito de cerca de 70% dos 165 milhões de metros cúbicos de gás natural russo que anualmente têm a Europa como destino.

A atual crise tem igualmente raízes na chamada “Revolução Laranja” de 2004<sup>15</sup>, bem como na tentativa de integração do país, juntamente com a Geórgia, na estrutura da NATO em 2008, a que a Alemanha e a França se opuseram, e mais recentemente na assinatura do Deep and Comprehensive Trade Agreement (DCTA) com a UE, cuja evolução natural seria a posterior e expectável adesão do país à organização.

Saliente-se desde logo que a concretização de qualquer dos cenários atrás referidos foi, e é, encarada pela Federação Russa como contrária

aos seus interesses nacionais, dado que, segundo a sua perspectiva, e a exemplo do sucedido com outros atores europeu do centro e leste europeu anteriormente sob a sua esfera de influência, a aproximação destes à UE constituiu um primeiro passo para a sua integração na NATO. Por seu lado, para a Ucrânia, a opção por qualquer um dos lados representa uma decisão de génese quase existencial, complexidade que, quer a UE, quer a Federação Russa, pouco tiveram em consideração nas suas posições.

Neste particular, a Ucrânia e a Bielorrússia constituem-se, por enquanto, os únicos atores da região ainda não assimilados pelas múltiplas estruturas euro-atlânticas, situação que a Federação Russa pretenderá no mínimo manter, e a que se terá de adicionalmente considerar a importância que estes dois países possuem, por um lado, na estratégia energética de Federação para com a Europa, e por outro, na viabilização do projeto de União Euro-asiática proposto por Moscovo. Quanto a este último, a atual situação política ucraniana poderá ferir seriamente e mesmo inviabilizar o projeto, dado que a elevada improbabilidade de o país em o integrar o priva do peso específico que naturalmente lhe acrescentaria, atuando assim como força de bloqueio do seu alargamento a eventuais aderentes. Neste cenário, a atual União Aduaneira entre a Federação, a Bielorrússia e o Cazaquistão, que constitui o núcleo em torno do qual Moscovo pretende a construção da União Euro-asiática, não obstante ter registado notáveis progressos no plano técnico-económico, faltar-lhe-á a massa crítica ucraniana para a sua desejável evolução, pelo que, muito embora não se possa considerar um nado-morto, se assume que se deparará com substanciais dificuldades na sua desejável transformação e alargamento. Relativamente à importância da Bielorrússia e Ucrânia na execução da estratégia energética russa para a Europa, haverá desde já que considerar duas realidades distintas.

Enquanto a Bielorrússia se constitui, ainda, como um importante ator na mesma, a entrada em funcionamento do gasoduto Nord Stream, numa primeira fase com uma capacidade de 27,5 mil milhões m<sup>3</sup>/ano, entretanto já duplicada<sup>16</sup>, e equacionando-se a construção de uma terceira via, permitirá o completo *bypass* do gás russo à Bielorrússia (e da Polónia). Neste âmbito, a Alemanha, através da participação das empresas Wintershall<sup>17</sup> e E.ON RUHRGAS (ambas com 15,5%)<sup>18</sup>, bem como com uma participação substancial desta última e da BASF nos campos de gás de que alimentam o projeto, encontra-se numa posição de claro conforto, já que, por um lado, diminuiram, ou poderão mesmo ser eliminados, os riscos associados à interrupção dos fluxos gasíferos por países terceiros, e por outro, através de parcerias várias entre empresas suas e a Gazprom, se poderá constituir como um dos mais importantes *hubs* de armazenagem, distribuição e comercialização de gás russo na Europa.

Quanto à Ucrânia, e como atrás referido, a Federação Russa (ainda) não possui um sistema que lhe permita, a exemplo do que sucede com o Nord Stream, efetuar um *bypass* ainda que parcial às suas estruturas de trânsito. Contudo, e nesse propósito regista-se um intenso esforço russo nesse sentido, a viabilização e construção do gasoduto South Stream em muito permitirá esse desiderato. Neste projeto, para além de novamente a Gazprom se constituir como acionista maioritário, encontram-se, de novo, a Wintershall alemã, a italiana ENI e a francesa EDF, sendo que existem já acordos intergovernamentais com a Áustria, Bulgária, Hungria, Grécia, Eslovénia, Croácia e Sérvia, bem como com a Turquia relativamente à passagem da secção *offshore* nas suas águas territoriais. Em face do exposto, os factos apontam para que a parceria energética maioritariamente germano-russa nestes dois projetos, longe de ter na sua génese fatores conjunturais, ou ser apenas consequência de decisões tomadas por atores não estatais,

encerra sim um elevado grau de confiança mútua entre estes dois atores alicerçada em objetivos de médio/longo-prazo, dado que se assim não fosse a dimensão e assunção dos riscos que daí adviriam seria incomportável.

No que respeita aos danos colaterais que se poderão projetar no relacionamento germano-russo em consequência do eventual endurecimento das sanções impostas à Federação Russa resultantes da anexação da península ucraniana da Crimeia, o setor económico e a respetiva base industrial alemã cedo manifestaram a sua opinião. Tendo em consideração as mais de 6.500 empresas com capital alemão que operam no mercado russo (Poplawski, 2013), os mais de 300.000 postos de trabalho diretos na economia alemã que dependem do comércio bilateral, bem como o facto de a Alemanha se constituir como o maior exportador europeu para a Federação (Eurostat, 2013), com cerca de 30% do total, o setor empresarial alemão criticou rápida e abertamente o alargamento do pacote de sanções a aplicar à Federação Russa. Neste âmbito foram várias as vezes que prontamente se manifestaram contra o endurecimento e alargamento do pacote de sanções, que aliás se fizeram também sentir nos EUA (Politi e McGregor, s.d.), variando aquelas desde a poderosa Câmara de Comércio Germano-Russa<sup>19</sup> (Reuters, 2014), até ao influente German Committee on Eastern European Economic Relations (OA)<sup>20</sup> (Ost-Ausschuss der Deutschen Wirtschaft, 2014), não esquecendo igualmente o encontro que o CEO da Siemens, Joe Kaeser, manteve com Vladimir Putin em que reiterou a manutenção dos investimentos que o grupo possui na Federação (Reuters, 2014). Interessante igualmente salientar que tais preocupações tiveram também eco junto dos principais *think tank* alemães, sendo neste âmbito de destacar o German Council on Foreign Relations (DGAP), o qual preconiza para o leste europeu uma abordagem pragmática e multidimensional, preconizando neste quadro que a Alemanha terá

de ultrapassar a autolimitação a que (também) se impôs no pós-guerra e forçosamente regressar à geoestratégia e à geopolítica.

Em face desta realidade poder-se-á assim inferir que a dureza do discurso oficial alemão não é, de todo, partilhada e acompanhada pelos principais setores económicos do país, sendo que estes últimos claramente consideram que a importância do quadro de relacionamento económico bilateral com a Federação Russa se sobrepõe claramente aos interesses de génese essencialmente geopolítica, ainda que legítimos, que emergem da atual crise ucraniana.

Relativamente à reação da UE perante a crise ucraniana, e considerando o facto de que a Alemanha se constitui como o Estado-membro que mais influência poderá ter na evolução do processo, subsistem questões várias quanto à evolução da temática.

Neste quadro em muito irá depender, por um lado, a gestão do equilíbrio e harmonia entre os interesses alemães e europeus, no que, a indústria e a economia alemã tenderão a ter naturalmente uma palavra importante, e por outro, como natural consequência, o grau de uniformização que a própria UE conseguir obter e evidenciar no processo.

Se no plano político o inicial e pronto apoio oficial alemão à oposição ucraniana ao ex-presidente Viktor Yanukovich materializa uma nova postura na política externa alemã para com a Rússia, já no plano económico o empresariado alemão cedo manifestou o seu criticismo e reservas quanto a um afrontamento direto com a Federação decorrente dessa tomada de posição. Julga-se que esta dualidade espelha claramente as dinâmicas e fraturas internas alemãs em torno do binómio interesses-valores e de qual o peso relativo que cada uma destas dimensões deverá representar na política externa alemã, em especial para com a Federação Russa.

## NOTAS FINAIS

Não obstante os sucessivos apelos para um maior envolvimento e direção alemã na resolução de tensões geopolíticas várias, a gestão com a Federação Russa dos desequilíbrios resultantes dos propósitos futuros da UE, especialmente os decorrentes do estabelecimento de parcerias ou acordos com eventuais e futuros membros, a exemplo do que sucede com a Ucrânia, revela-se de elevada complexidade e dificuldade, agravada, entre outras, pela aparente firme intenção russa de recuperação, ou não permitir a alienação, dos atores que considera integrantes da sua esfera de influência, e em que aquele país possui um papel de destaque.

Por outro lado, desta forma no plano económico interno alemão, do peso e dimensão do mercado russo, quer enquanto destino das suas exportações, quer para a importância que o mesmo possui para as pequenas e médias empresas alemãs, quer enquanto destino do investimento externo germânico, em que as grandes multinacionais alemãs se encontram significativamente empenhadas, bem como a importância da Federação enquanto principal abastecedor energético da Alemanha, decorre uma relevância para a economia alemã porventura de difícil alienação.

Não se questionando naturalmente neste particular a fidelidade e empenho germânico nos valores europeus, a harmonização das especificidades dos aspetos económicos do relacionamento bilateral germano-russo, e consequentemente o interesse nacional alemão, com o ideológico europeu, revela-se contudo uma tarefa de alguma sensibilidade e complexidade.

Com efeito, não encerrando obviamente esta questão uma escolha de génese existencial, afigura-se no entanto algo ténue a fronteira entre o grau de deterioração daquele relacionamento que fira substancialmente os interesses nacionais

alemães e a continuação firme da promoção dos valores europeus, pelo que a gestão desejavelmente equilibrada deste dualismo constituirá porventura o eixo em torno do qual as relações bilaterais germano-russas gravitarão no curto/médio-prazo.

## NOTAS

<sup>1</sup> Era clara a orientação atlanticista e anticomunista de Adenauer (e da CDU), muito embora algumas lideranças alemãs preconizassem uma Alemanha neutral no pós-guerra (Chiwis e Rid, 2009).

<sup>2</sup> Curiosamente, durante a chancelaria de Adenauer seria a oposição social-democrata e socialista alemã a voz mais audível da reunificação enquanto interesse vital alemão (Judt, 2007).

<sup>3</sup> Que coabitou durante 13 anos com a liderança de Leonid Brejnev (1964-1982) na União Soviética.

<sup>4</sup> O "Tratado de Renúncia à Força" germano-russo de agosto de 1970, não obstante o seu simbolismo marca essencialmente a aceitação russa, e especialmente alemã, das fronteiras europeias do pós-II Guerra Mundial e o primeiro documento assinado pela Alemanha em que a designação da RDA surge sem aspas (Stent, 1981).

<sup>5</sup> *Change trough rapprochement*, um conceito formulado por Egon Bahr, assessor de Brandt.

<sup>6</sup> Ironicamente, recorde-se que quando na oposição ao governo de Willy Brandt, e especialmente de Helmut Schmidt, Helmut Kohl se revelou um crítico da *Ostpolitik* entretanto acentuada e assumida, bem como de concessões que nesse quadro foram entretanto efetuadas à URSS como forma e mecanismo possibilitador do diálogo intra-alemão.

<sup>7</sup> No bloco comunista a RDA constituía o parceiro comercial russo por excelência com uma estrutura de exportações para a URSS em muito semelhante à da Alemanha Ocidental, em que sobressaíam os

produtos tecnológicos, incluindo no setor militar, e produtos manufaturados.

<sup>8</sup> Outras fontes indicam o valor de 71 mil milhões USD transferidos para URSS entre 1990-94, a que se haverá de adicionar 36 mil milhões USD para os antigos satélites da União Soviética na Europa Central e de Leste (Judt, 2007).

<sup>9</sup> Frank-Walter Steinmeier foi depois ministro dos negócios estrangeiros no primeiro governo de Merkel, um executivo assente na “grande coligação” com o SPD, encontrando-se atualmente de novo nessas funções.

<sup>10</sup> Entre 2000 e 2004, Putin e Schroeder encontraram-se mais de vinte vezes (Overhaus, 2004).

<sup>11</sup> Em resultado da atitude alemã, George W. Bush terá ficado mais de um ano sem falar com Schroeder, incluindo via telefone (Grant, 2005).

<sup>12</sup> Assim como a entrada de interesses alemães no gasoduto South Stream, em que a Gazprom possui igualmente posição maioritária.

<sup>13</sup> Como que constituindo “um casal de idosos que se tiveram de habituar aos seus feitos” (Kornelius, 2013).

<sup>14</sup> Estimando-se que o consumo alemão de gás natural irá aumentar depois do abandono da opção nuclear que o país tem planeado até 2022.

<sup>15</sup> Que outros países experimentaram na década de 2000, nomeadamente a Sérvia, Bielorrússia, Geórgia e Quirguistão nas chamadas “Revoluções de Veludo” ou “Revoluções Coloridas”.

<sup>16</sup> Sendo atualmente de 55 mil milhões de metros cúbicos a sua capacidade anual.

<sup>17</sup> Detida a 100% pela BASF.

<sup>18</sup> Para além da Gazprom, que detém 51% no projeto, os outros acionistas são a holandesa

Gasunie, com 9%, e a francesa GDF Suez, também com 9%, sendo que na fase inicial do projeto estas duas últimas não o integravam.

<sup>19</sup> Que representa 800 grandes empresas alemãs que operam na Federação e da qual Rainer Seele, CEO da Wintershall, é o presidente.

<sup>20</sup> Fundado em 1952, é uma das instituições alemãs que mais influência possui e projeta no relacionamento com a Federação Russa e a generalidade do leste europeu, considerando-se mesmo como se de um instrumento da diplomacia económica se tratasse.

## REFERÊNCIAS

Black, S. W. (1997). *Economy Looks East - implications for Germany and the EU*. Cambridge: Univesity Press.

Chivvis, C. S. e Rid, T. (2009). “The Roots of Germany’s Russia Policy”, *Survival: Global Politics and Strategy* [online], vol 51(2), pp. 105–122. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396330902860850>.

Daehardt, P. (2007). “De Kohl a Merkel: A Gradual Afirmação da Alemanha como Grande Potência Euro-Atlântica”. *Relações Internacionais*, N.º 14, junho 2007, IPRI, pp. 27–45.

Eurostat (2013). “EU-Russia Summit - EU28 trade in goods deficit with Russia fell slightly to 66 bn euro in the first nine months of 2013”, *Eurostat News Releases* [online], 13/2014, 24 January 2014, Eurostat Press Office, pp. 4. Disponível em [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_PUBLIC/6-24012014-AP/EN/6-24012014-AP-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/6-24012014-AP/EN/6-24012014-AP-EN.PDF).

Fânzeres, J. (2013). “Geopolítica da Energia da Federação-Russa: Os Gasodutos Nord e South Stream”,

em Isabel Nunes (coord.), *Segurança Internacional - Perspetivas Analíticas*. Lisboa: IDN, pp. 221–255.

Global LNG Info (2014). “World’s LNG Liquefaction Plants and Regasification Terminals”, *Global LNG Info* [online], June 2014. Disponível em <http://www.globallnginfo.com/World LNG Plants & Terminals.pdf>

Grant, C. (2005). “Germany’s Foreign Policy: What Lessons can be Learned from the Schröder Years?”. *Centre for European Reform* [online], 02 September 2005, pp. 1-5. Disponível em [http://www.cer.org.uk/sites/default/files/publications/attachments/pdf/2011/essay\\_germ\\_for\\_pol\\_2sep05-2154.pdf](http://www.cer.org.uk/sites/default/files/publications/attachments/pdf/2011/essay_germ_for_pol_2sep05-2154.pdf).

Hellfeld, M. von e Chase, J. (2010). “How Kohl and Gorbachev sealed the deal on German reunification”, *Deutsche Welle* [online]. 14/07/2010. Disponível em <http://www.dw.de/how-kohl-and-gorbachev-sealed-the-deal-on-german-reunification/a-5788998-1>.

Judt, T. (2007). *Pós-Guerra - uma História da Europa desde 1945*. Lisboa: Objetiva.

Kornelius, S. (2013). *Angela Merkel - The Chancellor and Her World*. London: Alma Books.

Kundnani, H. (2013). “The Ostpolitik Illusion”. *German Council on Foreign Relations (DGAP)* [online], 17/10/2013. Disponível em <https://ip-journal.dgap.org/en/ip-journal/topics/ostpolitik-illusion>.

Meister, S. (2012). *An Alienated Partnership: German-Russian Relations after Putin’s Return*. Finish Institute of International Relations.

Nogueira, F. (1992). *Juízo Final*. Lisboa: Civilização Editora.

Ost-Ausschuss der Deutschen Wirtschaft (2014). “Ost-Ausschuss warnt vor Wirtschaftskonflikt”, *Ost-Ausschuss der Deutschen Wirtschaft* [online], 5 März 2014. Disponível em <http://www.ost-ausschuss.de/>

ost-ausschuss-warnt-vor-wirtschaftskonflikt.

Overhaus, M. (2004). "German Foreign Policy in Dialogue". *Deutsche-Aussenpolitik*, 5(1), 46. [online] Disponível em <http://www.deutsche-aussenpolitik.de/newsletter/issue12.pdf>.

Pipelines International (2010). "The Urengoy – Pomary – Uzhgorod Pipeline: a Cold War pipeline"; *Pipelines International* [online], September 2010. Disponível em [http://pipelinesinternational.com/news/the\\_urengoy\\_pomary\\_uzhgorod\\_pipeline\\_a\\_cold\\_war\\_pipeline/043753/](http://pipelinesinternational.com/news/the_urengoy_pomary_uzhgorod_pipeline_a_cold_war_pipeline/043753/).

Politi, J. e McGregor, R. (s.d.). "US companies urge restraint on Russia sanctions". *Financial Times*. Disponível em <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/0c62851e-afae11e3-a006-00144feab7de.html>.

Poplawski, K. (2013). *Chasing Globalisation: Germany's Economic Relations with BRIC Countries*. Centre for Eastern Studies (OSW), Warsaw. Disponível em <http://www.osw.waw.pl/en/publikacje/osw-report/2013-11-25/chasing-globalisation-germanys-economic-relations-bric-countries>.

Reuters (2014). "German Business Lobbyists Warn Against Harsher Sanctions on Russia". Disponível em [http://www.themoscowtimes.com/article/500340.html?utm\\_source=feedburner&utm\\_medium=feed&utm\\_campaign=Feed%3A+themoscowtimes%2FRUXi+%28The+Moscow+Times%29](http://www.themoscowtimes.com/article/500340.html?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+themoscowtimes%2FRUXi+%28The+Moscow+Times%29).

Reuters (2014). "Trade Body Warns Russia Sanctions May Hurt German Engineering Sector".

Stent, A. E. (1981). *From Embargo to Ostpolitik: the Political Economy of West German-Soviet Relations, 1955-80*. Cambridge: Cambridge University Press.

Stent, A. E. (1998). *Russia and Germany Reborn: Unification, the Soviet Collapse, and the New Europe*. Princeton: Princeton University Press.

Turgunova, V. (2013). *The Nexus of Politics and the*

*Economy: a Case Study of Russian-German Relations*. University of Tampere Master's Programme in International Relations CBU Master 's Thesis International Relations. Disponível em <http://tampub.uta.fi/bitstream/handle/10024/85090/gradu07120.pdf?sequence=1>.

Westphal, K. (2014). *Russian Energy Supplies to Europe*. German Institute for International and Security Affairs (March), pp. 1–4. Disponível em [http://www.swp-berlin.org/en/publications/swp-comments-en/swp-aktuelle-details/article/crimea\\_crisis\\_and\\_russian\\_energy\\_supplies.html](http://www.swp-berlin.org/en/publications/swp-comments-en/swp-aktuelle-details/article/crimea_crisis_and_russian_energy_supplies.html).

# A RECENTE APROXIMAÇÃO INDO-PAQUISTANESA: QUE IMPACTO NA CORRIDA AO ARMAMENTO NUCLEAR?

**FRANCISCO GALAMAS**

Investigador do IDN

## INTRODUÇÃO

Em setembro do ano passado, os líderes do Paquistão e da Índia reuniram-se pela primeira vez, à margem de um encontro da Assembleia-Geral das Nações Unidas para discutir os incidentes verificados, na altura, em Kashmir. Já em maio deste ano, Narendra Modi, novo primeiro-ministro indiano, convidou o seu homólogo paquistanês para assistir à sua tomada de posse, tendo o convite sido aceite. Tal tentativa de aproximação terá sido uma resposta a uma iniciativa semelhante já levada a cabo pelo Paquistão meses antes. Refira-se que foi a primeira vez que um alto dignatário paquistanês esteve presente durante a tomada de posse de um primeiro-ministro indiano. Os dois líderes reuniram-se em privado onde discutiram temáticas ligadas com o comércio bilateral, terrorismo e a eterna questão de Kashmir (Barry e Raj, 2014). Segundo analistas, tal foi possível dado que ambos os líderes passaram recentemente por um período eleitoral permitindo-lhes, neste momento, ter uma posição política suficientemente consolidada para fazer uma aproximação diplomática efetiva sem grandes custos políticos (Gottipati, 2014).

No seguimento deste diálogo será legítimo questionar se o mesmo se traduziu numa evolução da postura estratégica da Índia e do Paquistão. Estaremos a assistir ao início do fim da corrida aos armamentos nucleares no sul da Ásia? Para

responder a esta questão, procurou-se fazer um levantamento das atividades levadas a cabo ao nível de vetores de entrega de armas nucleares assim como de instalações relevantes e perceber se esta aproximação foi acompanhada de um abrandamento nos respetivos programas nucleares.

## ÍNDIA

Nos últimos meses, Nova Deli tem dado continuidade a diversas atividades relacionadas com vetores de entrega de armas nucleares, nomeadamente mísseis balísticos. Por exemplo, as forças armadas da Índia, em dezembro de 2013, levaram a cabo um teste de um míssil balístico para submarinos (SLBM), Prithvi-II, com capacidade para transportar uma ogiva nuclear. Este míssil, com funcionamento a combustível líquido, terá um alcance entre 250 e 350 km com capacidade de carregar uma ogiva de 250 quilos, tendo o teste decorrido sem problemas. Terá sido ainda testado o míssil balístico Agni-III com um alcance superior a 3.000 km e com capacidade para carregar uma ogiva até uma tonelada. O teste deste míssil de alcance intermédio (IRBM) decorreu sem qualquer problema neste seu quinto ensaio, alcançando uma altitude de 375 km, em menos de 14 minutos, com margem de erro inferior a 200 metros. Apesar de não conter nenhum engenho nuclear, o mecanismo para o despoletar foi testado sem demonstrar qualquer anomalia (Kumar Rout, 2013). O Agni-III, assim como o Agni-I e

o Agni-II, já se encontram ao serviço das forças armadas indianas (The Hindu, 2013). No final de janeiro, a Índia testou, com sucesso, outro IRBM, o Agni-IV, demonstrando o seu potencial de alcance de 4.000 km. O teste cumpriu todos os objetivos, tendo o míssil sido equipado com computadores de bordo de quinta geração. Dado curioso relacionado com o lançamento deste IRBM, foi a ignição do vetor a partir de uma plataforma móvel, tornando a sua deteção e destruição por eventuais adversários, muito mais difícil. Com este teste, o Agni-IV ficará pronto para iniciar a sua produção em larga escala (Reddy, 2014).

Dois meses depois, em março de 2014, as forças armadas indianas testaram o SLBM B-05 debaixo de água – 20 metros de profundidade – antes de o colocar num submarino. O B-05 é um míssil balístico de combustível sólido, com um alcance de 750 km, que está preparado para levar ogivas convencionais e não-convencionais existindo ainda a versão deste em SLCM – míssil cruzeiro para submarinos (Rout, 2014a). Ao mesmo tempo, a Índia testou o SLBM K-4, de duas fases, através de uma plataforma subaquática. O K-4 foi lançado a 30 metros de profundidade e tem um alcance perto dos 3.000 km. Caso testados e operacionalizados com sucesso, a Índia tornar-se-á assim no quinto país do Mundo a ter forças militares equipadas com SLBM (Subramanian, 2014). Desta forma, a Índia fica um passo mais perto de alcançar uma dissuasão nuclear baseada numa tríade estratégica. Com esse desiderato em mente, no início de 2014 a marinha indiana anunciou, mais cedo do que previsto, o início dos testes em alto mar do seu primeiro submarino nuclear, INS Arihant. Com o intuito de adquirir a tríade estratégica, este submarino estará equipado com SLBM K-15 (alcance de 750 km) que apesar de ainda estarem longe dos SLBM com alcances de 5.000 km que os EUA, Rússia e China detêm, mostra um significativo progresso militar por parte da Índia. Com o intuito de reforçarem ainda mais a capacidade estratégica de

*second strike*, as Forças Armadas indianas pretendem desenvolver o SLBM K-4 com 3.500 km de alcance (Pandit, 2014). No entanto, a operacionalização destes vetores só poderá ser feita depois de serem testados em submarinos, o que por sua vez só será possível após o INS Arihant finalizar os seus próprios testes em alto mar.

Nova Deli terá, também, o objetivo de reforçar as suas infraestruturas de natureza nuclear, caso das instalações para enriquecimento de urânio. Segundo análise de imagens de satélite, levadas a cabo pelo Institute for Science and International Security dos EUA, a construção de uma nova instalação de enriquecimento de urânio, na cidade de Mysore (sul da Índia), estará perto de ser finalizada. De acordo com especialistas, esta instalação – caso seja complementar à instalação de enriquecimento de urânio já existente – poderá duplicar a capacidade da Índia em enriquecer urânio (Space War, 2013). O relatório deste instituto norte-americano indica ainda que este urânio enriquecido poderá ser usado na produção de armas termonucleares, embora autoridades indianas tenham referido que estas instalações terão como finalidade abastecer submarinos nucleares dado o submarino INS Arihant (de fabrico indiano) ter a bordo um reator nuclear de 80MW que precisa de 65 kg de urânio altamente enriquecido (HEU) (Albright e Kelleher-Vergantini, 2013). A necessidade de instalações adicionais para enriquecimento de urânio, poderá estar também relacionada com a possibilidade da Índia pretender construir mais dois submarinos nucleares (Jha, 2011; Albright e Kelleher-Vergantini, 2013). Tal pretensão em aumentar a dimensão destas instalações estará relacionada com um acordo em negociação entre a Austrália e a Índia. Camberra espera concluir um acordo de exportação de urânio para a Índia o mais rápido possível. A Austrália tem as maiores reservas conhecidas de urânio, (40% das reservas mundiais), precisando a Índia deste minério para expandir a sua indústria nuclear. Este negócio estará envolto em alguma controvérsia

dado que a Índia desenvolveu armas nucleares e não é Estado-parte do Tratado de Não-Proliferação. Não obstante, a Austrália pretende aprofundar os laços com esta potência asiática dados os fortes laços económicos entre ambos os países (The Times of India, 2014). Do ponto vista estratégico, este acordo sobre negociação de urânio, poderá ser visto como uma forma de conter o crescimento militar chinês que tem preocupado a Austrália, Japão, Índia e os EUA.

Apesar de ser notória a preocupação da Índia em reforçar a sua capacidade de dissuasão nuclear, esforços estão a ser direcionados para as capacidades defensivas ligadas à dissuasão nuclear. No início de fevereiro, Israel e Índia anunciam uma colaboração conjunta para a produção de um sistema antimíssil para fazer face a “mísseis nucleares e convencionais chineses” (Raghuvanshi, 2014). O acordo final poderá ser firmado dentro de seis meses, segundo fontes indianas ligadas à Defence Research and Development Organisation. O sistema antimíssil incorporará tecnologia de defesa aérea indiana Prithvi e um radar terrestre móvel, em desenvolvimento pela indústria aeronáutica israelita. O projeto incluirá ainda a participação de empresas estatais indianas ligadas ao setor de eletrónica, Bharat Dynamics Limited (BDL) e a Bharat Electronics Limited (BEL). A empresa militar israelita Rafael irá também participar no programa, tendo-se oferecido para construir um sistema C4I contra ameaças de mísseis, feito especificamente para a Índia (Idem). Outros esforços para a produção de um sistema antimíssil têm ainda sido levados a cabo pela Índia sem apoio externo. Nova Deli testou, em abril, um sistema para a interceção de mísseis balísticos, de fabrico indiano, com um maior alcance do que outros sistemas previamente testados pelas forças indianas. Este teste em particular, implicou uma interceção a uma distância de 100 km, depois deste sistema antimíssil ter conseguido abater com sucesso seis alvos colocados a 20-30 km de distância. O objetivo final da Índia será desenvolver

um sistema que consiga interceptar mísseis balísticos a 2.000 km de distância (Pradhan, 2014). No entanto, o teste deste sistema poderá não ter tido o sucesso anunciado pelas autoridades. Segundo fontes indianas, o interceptor não atingiu o seu alvo e a sua ogiva não detonou assim como o vetor não atingiu a altitude planeada de 150 km. Deste modo, poderá considerar-se que existiram alguns sucessos no teste, dado que o interceptor foi lançado em tempo útil além de que o radar e o sistema de rastreio conseguiram detetar e seguir o míssil inimigo (Rout, 2014b). Quando analisada a dinâmica nuclear entre o Paquistão e a Índia é preciso ter também em conta os atores políticos internos. O partido vencedor das eleições legislativas indianas, Partido Bharatiya Janata, durante a campanha eleitoral anunciou que pretendia rever a política de “não primeiro uso” nuclear caso fosse o Partido mais votado. A atual doutrina nuclear indiana baseia-se no “não primeiro uso” a partir da qual um país abstém-se de usar inicialmente armas nucleares num conflito, recorrendo às mesmas somente para retaliação a um primeiro ataque com engenhos nucleares (Migliani e Chalmers 2014). Depois de alguma controvérsia, o Partido Bharatiya Janata recuou tendo alguns dos seus membros aludido que não será levada a cabo qualquer alteração sobre esta matéria (Jacob, 2014). Na Índia diversos setores temeram que a intenção de alterar a doutrina nuclear poderia criar uma perceção errónea da postura estratégica perante países vizinhos. Diversas razões podem ser indicadas para este anúncio durante a campanha eleitoral, além de uma óbvia tentativa de apelar ao voto de um certo estrato da população de pendor nacionalista. Alguns analistas identificam o aumento do arsenal nuclear paquistanês, que não adotou a doutrina nuclear de “não primeiro uso”, como uma das razões para esta pretensão do Partido Bharatiya Janata. Esta mudança estratégica poderia, também, estar relacionada com um hipotético aumento de tensões entre a Índia e o Paquistão num momento em que as forças da NATO planeiam retirar do

Afganistão no final de 2014 (Burke, 2014).

## PAQUISTÃO

Além das tentativas anteriormente mencionadas, a vontade de normalizar as relações Índia-Paquistão já tinha sido manifestada pelo primeiro-ministro paquistanês, Nawaz Sharif, em outubro de 2013. Durante uma visita oficial aos Estados Unidos da América, Nawaz Sharif demonstrou a vontade em resolver as disputas com Nova Deli, nomeadamente, pôr fim à corrida de armamentos entre ambos os países. Tendo declarado, ainda, que tal regularização dos laços diplomáticos poderia ser feita com base na declaração de Lahore assinada em 1999. Este acordo implica que ambos os países lancem alertas antes de testarem mísseis balísticos, de forma a evitar interpretações erróneas face aos referidos lançamentos. O primeiro-ministro Sharif sugeriu ainda que as conversações para a normalização das relações entre ambos os países abrangessem tanto os arsenais nucleares como os arsenais convencionais. É possível que esta aproximação tenha na sua génese questões de natureza económica, especialmente porque o Paquistão não terá a capacidade financeira para acompanhar uma corrida a armamentos com a Índia, quando Islamabad já gasta perto de 2 biliões USD/ano na manutenção do seu arsenal nuclear. Calcula-se que ambos os países estejam a aumentar os seus arsenais assim como a levar a cabo melhorias substanciais nos mesmos. Estima-se, ainda, que além de arsenais nucleares que variam entre as 90 a 110 ogivas nucleares, na Índia, e 100 a 120 ogivas, no caso do Paquistão, ambos estejam a aumentar também as suas capacidades de produção de material físsil (Oswald, 2013a).

Nesse aspeto particular, em novembro de 2013, foi iniciada a construção de um novo reator nuclear no complexo de Karachi, com apoio chinês. Este reator fornecerá cerca de 1.100 megawatts de eletricidade ao Paquistão, com custos de 4,8 biliões USD, estando a sua conclusão prevista para 2019. O complexo incluirá assim mais dois

reatores chineses (quinto e sexto, no total) e a China fornecerá também urânio enriquecido para o necessário funcionamento do reator. Esta parceria nuclear entre a China e o Paquistão não é recente. Terá sido iniciada em 1987, com apoio de Pequim dado na construção do primeiro reator de plutónio no complexo militar de Khushab. A cooperação terá prosseguido com apoio chinês na cedência do design de armas nucleares como retribuição pela transferência de designs ligados à produção de centrífugas a gás, provavelmente cedidas através da rede de tráfico de materiais nucleares liderados por Abdul Qadeer Khan (Hibbs, 2014). Pequim, como membro do Grupo de Fornecedores Nucleares (NSG), tem sido alvo de críticas internacionais por dar apoio ao programa nuclear paquistanês dado que este país não é membro do Tratado de Não-Proliferação Nuclear. O NSG estabeleceu um acordo entre os diversos países que o compõem que abrange controlos de exportação sobre materiais e equipamentos passíveis de serem usados em programas nucleares. A China tem referido que o acordo celebrado com o Paquistão precede a entrada da China no NSG – vulgarmente chamada de *grandfather clause* –, logo não está abrangido pelos princípios que regem este acordo de controlos de exportação. No entanto, este projeto constitui um significativo avanço face a anteriores atividades de cooperação nuclear entre o Paquistão e a China, sendo considerado como uma resposta à crescente cooperação nuclear entre os EUA e a Índia. Acresce ainda o anúncio do primeiro-ministro paquistanês referente à construção adicional de seis reatores nucleares no Paquistão, com propósitos civis, embora sem participação chinesa (Masood e Buckley, 2013).

Simultaneamente, o Paquistão continua a fazer progressos no seu quarto reator de água pesada. Relembre-se que a partir do combustível usado neste tipo de reatores, torna-se possível extrair plutónio. A parte exterior deste novo reator, localizado nas instalações nucleares de Khushab (200

km a sul de Islamabad), parece estar perto da sua conclusão. Não obstante, imagens de satélite – reveladas pelo Institute for Science and International Security – demonstram que em dezembro de 2013 ainda decorriam uma parte substancial de trabalhos, podendo tal ser indicativo que ainda faltará algum tempo até ao início de atividade deste reator. Segundo analistas, este quarto reator está a demorar mais do que o previsto podendo indicar que está a ser construído um novo reator com um *design* nunca antes utilizado no Paquistão. É referido também que recorrendo somente aos três reatores nucleares mais recentes, Islamabad conseguirá produzir, por ano, plutónio suficiente para uma bomba nuclear (Kelleher-Vergantini e Avagyan, 2013). Segundo a publicação *Jane's*, estes três reatores – já em atividade – estão dedicados exclusivamente à produção de plutónio para propósitos militares, sem estarem sujeitos às salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA). O reprocessamento do combustível é feito nas instalações de Nihore e Chasma, ambas também fora do escopo desta agência (Hibbs, 2014). Estima-se ainda que o Paquistão poderá estar interessado em quantidades adicionais de plutónio de forma a conseguir produzir ogivas nucleares miniaturizadas baseadas em plutónio (Oswald, 2013b). Inicialmente o Paquistão deu prioridade a armas nucleares produzidas com HEU. Para tal, teve o apoio da China através da cedência de HEU e de desenhos de ogivas enquanto a implementação de instalações de enriquecimento de urânio foi permitida pela famosa rede Abdul Qadeer Khan. No entanto, o interesse em ogivas nucleares com plutónio, deriva de estas armas apresentarem algumas vantagens face às que recorrem a HEU. Armas nucleares baseadas em plutónio requerem menores quantidades desta substância em comparação com armas nucleares, de potência similar, que utilizam HEU. Por exemplo, um quilograma de plutónio é capaz de gerar uma bomba de uma quilotonelada (Kt) – 1 Kt é igual a uma potência de

1.000 toneladas de TNT –, enquanto três quilos de plutónio são capazes de gerar uma bomba de 20 Kt, ou seja, tem um rácio superior de potência face a ogivas nucleares que usam HEU. Por outro lado, ao terem um menor rácio potência-quantidade, as armas nucleares baseadas em HEU tornam-se mais pesadas, obrigando o vetor de entrega – seja míssil balístico ou míssil cruzeiro – a consumir mais combustível para menores distâncias (s. a., 2014). O recurso a armas com base em plutónio poderá, assim, permitir ao Paquistão maximizar o potencial estratégico do seu arsenal de mísseis balísticos de curto alcance dado que possibilita o aumento do seu alcance estratégico efetivo ou, por outro lado, aumentar a sua potência pela maior quantidade de plutónio presente. A maior capacidade de destruição poderá, neste caso concreto, compensar a falta de precisão dos vetores de entrega paquistaneses.

### CONCLUSÕES

Os desenvolvimentos acima descritos demonstram que o interesse de ambos os países num eventual entendimento ou aproximação não fez desvanecer a corrida a armamentos nucleares existentes entre ambos os países. Da parte do Paquistão, tal poderá ser explicado por condicionantes internas ligadas a sentimentos nacionalistas presentes em elementos mais conservadores da estrutura política e militar paquistanesa assim como à latente questão fronteiriça em Caxemira, que desde 1947 tem criado tensões entre ambos os países. Por exemplo, o líder da oposição no Paquistão já criticou o líder paquistanês por ter aceitado o convite do primeiro-ministro Narendra Modi, acusando o primeiro-ministro Nawaz Sharif de se submeter aos interesses indianos e norte-americanos (Sahi e Bengali, 2014). Reações semelhantes foram proferidas pelo líder do partido islamita paquistanês, Jamaat-e-Islam, assim como pelo fundador do Lashkar-e-Tayyeba, este último considerado pelas Nações Unidas como grupo terrorista (Varghese, 2014). Outra razão pela qual a corrida de armamentos

nuclear será difícil de cessar está relacionada com os fatores presentes na sua génese. Por um lado, o desenvolvimento de mísseis balísticos no Paquistão não estará relacionado somente com o arsenal nuclear indiano mas também encontra justificação na supremacia convencional do exército indiano (Davenport, 2013). Deste modo, assistimos a testes de mísseis balísticos de curto alcance cujo principal intuito é dissuadir intervenções convencionais indianas em território paquistanês. Tendo presente que a modernização do exército indiano é uma resposta à modernização chinesa do seu armamento convencional, levando a constantes investimentos por parte de Nova Deli e, conseqüentemente, a um aumento constante da superioridade convencional face a Islamabad, será difícil de antever que o Paquistão cesse as melhorias no seu arsenal de mísseis balísticos de curto alcance com capacidade nuclear. A Índia, por outro lado, além dos testes de mísseis está a desenvolver um escudo de defesa antimíssil próprio – baseado no Sistema de Defesa Aérea (AAD) e no Sistema de Defesa Aérea Prithvi – com capacidade de interseção a 15-30 km e a 80-120 km, respetivamente. Este sistema poderá ser outra motivação paquistanesa para desenvolver o arsenal nuclear, dado que vai contra a doutrina nuclear de Islamabad de Dissuasão Mínima Credível, cujo principal objetivo é evitar corridas a armamentos nucleares. O desenvolvimento paquistanês de mísseis cruzeiro com capacidade nuclear, terá também o propósito de desenvolver meios de entrega que possam ultrapassar sistemas indianos de interseção de mísseis e manter uma dissuasão nuclear credível.

A Índia, por seu lado, está envolvida numa outra dinâmica de corrida a armamentos nucleares alheia ao Paquistão. A relação estratégica entre a Índia e a China terá sido uma das principais razões na génese do programa nuclear indiano. Deste modo, vê-se como improvável que Nova Deli deixe de desenvolver e testar novos meios de entrega para ogivas nucleares dado que a China tem estado num

constante processo de desenvolvimento de vetores nucleares. A título de exemplo poder-se-ão referir testes de mísseis balísticos levados a cabo por Pequim nos últimos 10 meses, incluindo o teste de um SLBM com alcance superior a 7.000 km, um míssil balístico intercontinental (ICBM) com mais de 10.000 km de alcance assim como um teste de um IRBM de combustível sólido (Minnick, 2013; Global Security Newswire, 2013; Global Security Newswire, 2014). Acresce, ainda, a assinatura do já referido acordo nuclear entre os EUA e a Índia, que originou uma maior cooperação nuclear entre a China e o Paquistão como forma de contrabalançar a parceria entre Washington e Nova Deli.

Deste modo, poder-se-á referir em jeito de conclusão que é improvável que a corrida a armamentos nucleares no Sul da Ásia cesse num futuro próximo apesar de iniciativas de aproximação feitas por ambos países. Várias razões para tal foram identificadas, estando a principal relacionada com o facto dos alguns elementos estratégicos que alimentam esta mesma corrida de armamentos serem exteriores aos dois países em questão, como os desenvolvimentos militares chineses. Tal não impede que possa existir uma aproximação entre Nova Deli e Islamabad, especialmente a nível económico, mas mesmo que tal se verifique será improvável que tal tenha impacto na corrida a armamentos nucleares que atualmente se verifica na região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albright, David e Kelleher-Vergantini, Serena, (2013), "Construction Finishing of Likely New Indian Centrifuge Facility at Rare Materials Plant", *ISIS Imagery Brief* [online], 4 de dezembro, Washington, Institute for Science and International Security. Disponível em [http://isis-online.org/uploads/isis-reports/documents/RMP\\_4\\_Dec\\_2013.pdf](http://isis-online.org/uploads/isis-reports/documents/RMP_4_Dec_2013.pdf)
- Barry, Ellen e Raj, Suhasini (2014). "India and Pakistan in Common Agenda", *The New York Times* [online], 27 de maio. Disponível em [http://www.nytimes.com/2014/05/28/world/asia/india-pakistan.html?\\_r=1](http://www.nytimes.com/2014/05/28/world/asia/india-pakistan.html?_r=1).
- Burke, Jason (2014). "Indian election alarm as BJP raises prospect of nuclear weapons rethink", *The Guardian* [online], 7 de abril. Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2014/apr/07/indian-election-bjp-manifesto-nuclear-weapons>.
- Davenport, Kelsey (2013). "Pakistan to Focus on Short-Range Missiles", *Arms Control Today* [online], Volume 43, October. Washington: Arms Control Association. Disponível em [http://www.armscontrol.org/act/2013\\_10/Pakistan-to-Focus-on-Short-Range-Missiles](http://www.armscontrol.org/act/2013_10/Pakistan-to-Focus-on-Short-Range-Missiles).
- Global Security Newswire (2013). "China Reportedly Test-Fires Powerful New Land-Based Missile", *Global Security Newswire* [online], NTI, 18 de dezembro. Disponível em <http://www.nti.org/gsn/article/china-reportedly-test-fires-powerful-new-icbm/?mgs1=e0f8ea9kiX>;
- Global Security Newswire (2014). "Report: China Working on New Intermediate-Range Missile", *Global Security Newswire* [online], NTI, 4 de março. Disponível em <http://www.nti.org/gsn/article/report-china-working-new-intermediate-range-missile/?mgs1=96f6eWSkOA>.
- Gottipati, Sruthi (2014), "India's Modi extends olive branch to Pakistan, invites Sharif to inauguration", *Reuters* [online], 21 de maio. Disponível em <http://www.reuters.com/article/2014/05/21/us-india-modi-inauguration-idUSBREA4K06320140521>.
- Hibbs, Mark (2014). "Power Loop: China provides nuclear reactors to Pakistan", *Jane's Intelligence Review* [online], January 2014, pp. 50-53. Disponível em [http://carnegieendowment.org/email/DC\\_Comms/img/JIR1401%20F3%20ChinaPak.pdf](http://carnegieendowment.org/email/DC_Comms/img/JIR1401%20F3%20ChinaPak.pdf).
- Jacob, Jayanth (2014). "BJP manifesto: 'No-first-use policy to continue'", *Hindustan Times* [online], Nova Deli, 8 de abril. Disponível em <http://www.hindustantimes.com/elections2014/election-beat/no-first-use-policy-to-continue/article1-1205874.aspx>.
- Jha, Saurav (2011). "Enrichment capacity enough to fuel nuke subs", *IBN Live* [online], 26 de novembro. Disponível em <http://ibnlive.in.com/news/enrichment-capacity-enough-to-fuel-nuke-subs/206066-61.html>
- Kelleher-Vergantini, Serena e Avagyan, Robert (2013). "Further Construction Progress on the Fourth Heavy Water Reactor at Khushab Nuclear Site", *ISIS Imagery Brief* [online], 20 de dezembro. Washington: Institute for Science and International Security. Disponível em [http://isis-online.org/uploads/isis-reports/documents/Khushab\\_November\\_2013.pdf](http://isis-online.org/uploads/isis-reports/documents/Khushab_November_2013.pdf).
- Masood, Salman e Buckley, Chris (2013). "Pakistan Breaks Ground on Nuclear Plant Project With China", *The New York Times* [online], 26 de novembro. Disponível em [http://www.nytimes.com/2013/11/27/world/asia/pakistan-breaks-ground-on-nuclear-power-plant-project-with-china.html?hpw&rref=science&\\_r=1&](http://www.nytimes.com/2013/11/27/world/asia/pakistan-breaks-ground-on-nuclear-power-plant-project-with-china.html?hpw&rref=science&_r=1&).
- Miglani, Sanjeev e Chalmers, John (2014). "BJP puts 'no first use' nuclear policy in doubt", *Reuters* [online], 7 de abril. Disponível em <http://in.reuters.com/article/2014/04/07/india-election-bjp-manifesto-idINDEEA3605820140407>.
- Minnick, Wendell (2013). "US Report: 1st Sub-launched Nuke Missile among China's Recent Strides", *Defense News* [online], 11 de novembro. Disponível em <http://www.defensenews.com/article/20131111/DEFREG03/311110015/US-Report-1st-Sub-launched-Nuke-Missile-Among-China-s-Recent-Strides>;
- Oswald, Rachel (2013a). "Sharif Says He Wants Serious Peace Talks with India and to End Arms Race", *Global Security Newswire* [online], NTI, 22 de outubro. Disponível em <http://www.nti.org/gsn/article/sharif-says-he-wants-serious-peace-talks-india-and-end-arms-race/?mgs1=6dbddu9IXU>.

Oswald, Rachel (2013b). "External Work on Pakistan Plutonium Reactor Looks Nearly Done", *Global Security Newswire* [online], NTI, 23 de dezembro. Disponível em <http://www.nti.org/gsn/article/external-work-pakistans-fourth-plutonium-reactor-khushab-appears-almost-done/?mgs1=6f75edisTy>.

Pandit, Rajat (2014). "With first nuclear submarine INS Arihant set for sea trials, Navy wants more for strategic deterrence", *The Times of India* [online], 21 de janeiro. Disponível em <http://timesofindia.indiatimes.com/india/With-first-nuclear-submarine-INS-Arihant-set-for-sea-trials-Navy-wants-more-for-strategic-deterrence/articleshow/29167621.cms?referral=PM>.

Pradhan, Ashok (2014). "Country will test missile shield next week: DRDO", *The Times of India* [online], 20 de abril. Disponível em <http://timesofindia.indiatimes.com/india/Country-will-test-missile-shield-next-week-DRDO/articleshow/33991171.cms>.

Raghuvanshi, Vivek (2014). "India, Israel to Build Anti-Missile System", *Defense News* [online], 6 de fevereiro. Disponível em <http://www.defensenews.com/article/20140206/DEFREG03/302060025>.

Reddy, Udumula Sudhakar (2014). "Agni-4 clears test, ready for induction", *Deccan Chronicle* [online], 21 de janeiro. Disponível em <http://www.deccanchronicle.com/140121/news-current-affairs/article/agni-4-clears-test-ready-induction>.

Rout, Hemant Kumar (2013). "Agni-III Evening Launch Bang on Target", *The New Indian Express* [online], 24 de dezembro. Disponível em <http://www.newindianexpress.com/states/odisha/Agni-III-Evening-Launch-Bang-on-Target/2013/12/24/article1962737.ece>.

Rout, Hemant Kumar (2014a). "India Test-fires Missile from Underwater Platform", *The New*

*Indian Express* [online], 26 de março. Disponível em [http://www.newindianexpress.com/states/odisha/India-Test-fires-Missile-from-Underwater-Platform/2014/03/26/article2131145.ece#UzRayfl\\_vMJ](http://www.newindianexpress.com/states/odisha/India-Test-fires-Missile-from-Underwater-Platform/2014/03/26/article2131145.ece#UzRayfl_vMJ).

Rout, Hemant Kumar (2014b). "Prithvi Defence Vehicle Fails to Intercept", *The New Indian Express* [online], 15 de maio. Disponível em <http://www.newindianexpress.com/states/odisha/Prithvi-Defence-Vehicle-Fails-to-Intercept/2014/05/15/article2225945.ece>.

s. a., (2014). "Power Boost: Pakistan's termonuclear weapons project", *Jane's Intelligence Review*, Volume 26, n.º 3, março de 2014, p. 8.

Sahi, Aoun e Bengali, Shashank (2014). "Pakistani leader to attend inauguration of Indian prime minister", *Los Angeles Times* [online], 24 de maio. Disponível em <http://www.latimes.com/world/afghanistan-pakistan/la-fg-pakistani-leader-to-attend-inauguration-of-indian-prime-minister-20140524-story.html>.

Space War (2013). "India expands nuclear weapons site: think tank", *Space War* [online], Washington, 4 de dezembro. Disponível em [http://www.spacewar.com/reports/India\\_expands\\_nuclear\\_weapons\\_site\\_think\\_tank\\_999.html](http://www.spacewar.com/reports/India_expands_nuclear_weapons_site_think_tank_999.html).

Subramanian, T. S. (2014). "Success on debut for undersea launch of missile", *The Hindu* [online], 8 de maio. Disponível em <http://www.thehindu.com/news/national/success-on-debut-for-undersea-launch-of-missile/article5986757.ece>.

The Hindu (2013). "Prithvi-II missile test-fired by the Army", *The Hindu* [online], 3 de dezembro de 2013. Disponível em <http://www.thehindu.com/news/national/prithvi-ii-missile-successfully-testfired/article5417387.ece>

The Times of India (2014). "Australia seeks to draw

India into tighter embrace with nuclear deal", *The Times of India* [online], 17 de fevereiro. Disponível em <http://timesofindia.indiatimes.com/india/Australia-seeks-to-draw-India-into-tighter-embrace-with-nuclear-deal/articleshow/30540428.cms>.

Varghese, Johnlee (2014). "'Hindus are Not Anyone's Friends': Pakistan Hardliners Oppose Sharif's India Visit", *International Business Times* [online], 25 de maio. Disponível em <http://www.ibtimes.co.in/hindus-are-not-anyones-friends-pakistan-hardliners-oppose-sharifs-india-visit-600972>.